nossos dias. Como em muitos outros textos, nomeadamente do magistério do Papa João Paulo II, alerta-se para o facto de vivermos uma crise social muito grave — não apenas uma crise passageira da democracia, eventualmente resolvida com a mudança dos governos ou dos governantes. Alguns dos tópicos fundamentais desta crise social estão identificados: uma cultura da liberdade sem responsabilidade; a corrupção; a marginalização social; a falta de confiança no sistema judicial; a crise da juventude (toxicodependência e violência juvenil); a falta de apoio à família; a ausência de uma adequada política de educação; a mediatização da vida e o surgimento de novos poderes; a fragmentação e enfraquecimento do poder político.

A interpelação que é feita também aos cristãos neste Encíclica é a necessidade de intervir socialmente através destas acções caritativas — portanto não confiando ao Estado a realização de algo que o Estado não pode dar: o amor.

O AMOR-PRÓPRIO DAS COMUNIDADES HUMANAS E O SENTIDO DAS VIRTUDES MORAIS.

8. O sofrimento e a paciência de Job foram objecto de longas interpretações pelo pensamento político ocidental. Tal como a escada de Jacob que conduz até Deus pelo cultivo das virtudes. Talvez uma última mensagem política desta Encíclica respeite a esta exigência: uma sociedade em que esteja assegurado o «o respeito pelos direitos e necessidades de todos, especialmente dos pobres, humilhados e desprotegidos» não poderá conservar-se sem uma justa e moralmente adequada organização social. O cultivo das virtudes morais poderá justificar o amor-próprio da comunidade. Mas para a conservação da sociedade também será necessária, para além da fundamentação racional do justo e da moral, o amor: afinal, foi esta a mensagem mais subversiva do cristianismo. Foi também isto que o Papa nos veio recordar.

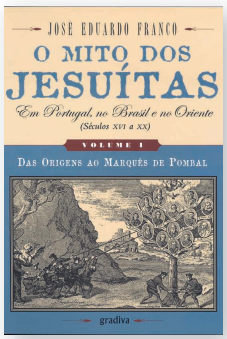
POR **ANTÓNIO DE ARAÚJO***

O Mito dos Jesuítas

É raro surgir no panorama editorial português uma obra desta dimensão monumental — a que, para mais, está associada uma qualidade indiscutível. Fruto da sua dissertação de doutoramento, este livro de José Eduardo Franco, um historiador com créditos firmados no estudo da Companhia de Jesus e da História Religiosa, não temeu enfrentar um desafio de enormes proporções, seja quanto ao âmbito temporal da pesquisa — do século XVI ao século XX —, seja na dimensão especial desta análise do «mito dos jesuítas», que percorre Portugal, o Brasil e o Oriente. Estamos perante um *tour de force* de grande vulto, que dificilmente poderá ser superado.

Poderão surgir, é certo, estudos parcelares que abordem pontos localizados do jesuitismo e do antijesuitismo, e que procurem situar ambas as realidades nos contextos históricos em que emergiram. Mas, do ponto de vista de uma panorâmica do que foi e é «mito dos jesuítas», torna-se praticamente impossível oferecer uma alternativa do mesmo fôlego do que possui este livro de José Eduardo Franco.

O livro propõe-se analisar as percepções polémicas que, desde os seus alvores, a Companhia de Jesus sempre suscitou. Tornava-se, por isso, inevitável que o autor percorresse etapas marcantes da nossa História, como o pombalismo, o liberalismo ou o republicanismo. Em todas elas, o «mito dos jesuítas» esteve presente, ainda que com matizes e cambiantes. Mas se nos lembrarmos que, em 1910, os republicanos, para expulsarem os jesuítas de Portugal, repuseram em vigor as leis de Pombal e de Aguiar, perceberemos que os elementos de continuidade do antijesuitismo talvez sejam mais intensos do que aquelas variantes temporais. Assim, se o antijesuitismo ganhou uma tal perenidade não é descabido afirmar que o mesmo constituiu um elemento essencial da cultura e do discurso político de um período muito vasto da História portuguesa. Deste modo, para compreender o «mito dos jesuítas», tal como alimentado pelos republicanos, não podemos deixar de mergulhar nas suas raízes e compreender o sentido da ofensiva desencadeada contra a Companhia por Sebastião José de Carvalho e Melo, bem como os seus antecedentes (uma realidade menos conhecida, que o autor nos desvenda na I Parte da obra). Compreende-se, pois, que José Eduardo Franco tenha optado por uma perspectiva de longa duração. Só ela, de facto, permite desconstruir na sua plenitude o «mito dos jesuítas». Tratando-se de um trabalho académico, poder-se-ia pensar que o mesmo apenas interessará a um auditório restrito ou a um público especializado. Simplesmente, para além da



José Eduardo Franco
O Mito dos Jesuítas
Em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos a XVI a XX)
2 volumes. Lisboa, Gradiva, 2006.

presença da Sociedade de Jesus em vários momentos da nossa História, o enraizamento do «mito dos jesuítas» e a sua perenidade fazem com que este livro mereça ser lido por todos quantos se interessam por conhecer a cultura e a política portuguesas dos últimos quatro séculos. Uma lição de História. Árdua de ler pela dimensão da obra, mas cativante pelo interesse do tema, pela clareza do estilo e pela impressionante profundidade da investigação realizada.

* ASSESSOR DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PARA ASSUNTOS POLÍTICOS

POR **JOÃO CARLOS ESPADA***

Karl Popper revisitado

Foi lançada a segunda edição em língua portuguesa da obra de Karl Popper "Conjecturas e Refutações" (Almedina). Sendo a primeira edição de 2003, é muito significativo que a editora tenha considerado apropriada uma segunda edição. É legítimo pensar que há mais leitores de Popper entre nós do que poderia parecer à primeira vista. E isso é um sinal encorajador.

Karl Popper
Conjecturas e Refutações
2ª edição Portuguesa da Almedina, Coimbra, 2007.

Karl Popper (1902-1994) foi um crítico severo e profundo do dogmatismo e do relativismo. Bertrand Russell e Isaiah Berlin, entre outros, classificaram a sua crítica ao marxismo como a mais devastadora jamais produzida. Em grande parte, isso ficou a dever-se ao facto de Popper ter mostrado que no núcleo central do marxismo está o relativismo moral — associado a um profundo dogmatismo ideológico.

O dogmatismo ideológico de Marx assentava na teoria alegadamente científica da história. Esta proclamava que a história tinha um sentido predeterminado — o comunismo — que Marx teria decifrado. Popper mostrou que essa teoria não podia ser científica, porque, não possuindo horizonte temporal definido, não admitia a possibilidade de ser refutada pelos factos.

Denunciando o dogmatismo historicista de Marx, Popper argumentou que o futuro está aberto e depende, em grande medida, das nossas decisões - em particular das nossas decisões morais. Marx desprezara o papel das escolhas dos homens e, em particular, das escolhas morais: considerava-as uma "ilusão moralista e burguesa". Os valores morais seriam meros produtos da época histórica e serviam apenas para justificar os interesses materiais dos homens.

Popper argumentou que este relativismo moral abrira caminho à tirania comunista, a tirania do capricho, ou da vontade liberta de qualquer escrúpulo moral. E sustentou que, quando o comunismo caísse, o seu principal legado cultural seria o relativismo moral. A intoxicação ideológica com o dogmatismo historicista daria lugar — uma vez revelada pelos factos a fraude do historicismo — ao puro relativismo.

No fim da vida, tendo ainda assistido ao colapso do comunismo, Popper considerou o relativismo como a principal doença intelectual do nosso tempo. E repetiu insistentemente que as democracias liberais do Ocidente se fundam em valores morais — sem os quais ficariam à deriva e à mercê dos seus inimigos.

* DIRECTOR DA REVISTA NOVA CIDADANIA E DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA.CONSULTOR DO PRESIDENTE DE REPÚBLICA PARA ASSUNTOS POLÍTICOS

Nova Cidadania
FAÇA PARTE DA NOVA CIDADANIA.